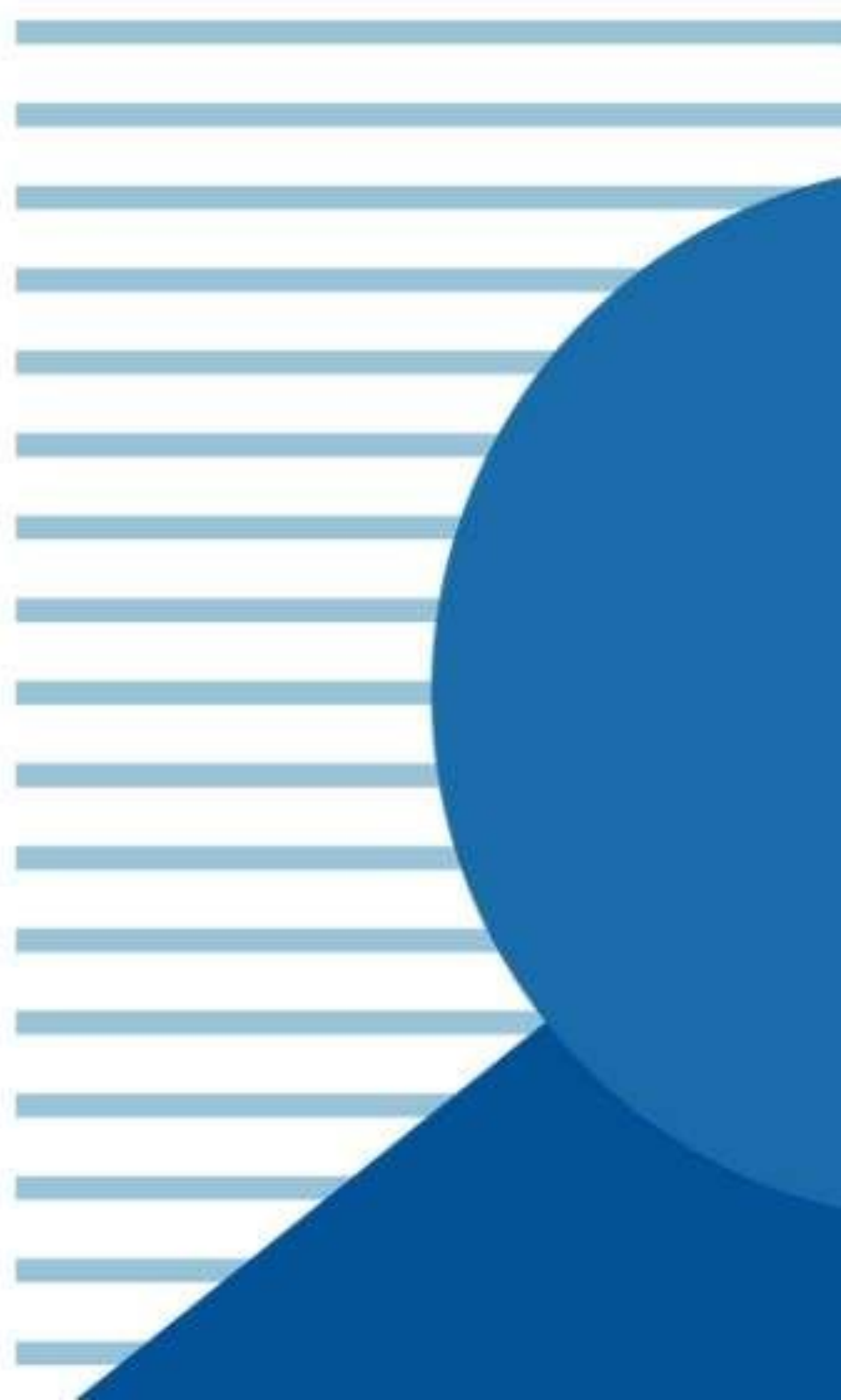




STF

Tabela de

Repercussão Geral Sobre Drogas Ilícitas



SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
TEMA 59	3
PALAVRAS-CHAVE: Requisito - Temporal - Progressão - Hediondo	
TEMA 169	4
PALAVRAS-CHAVE: Lei de Drogas - Combinação - Redutor	
TEMA 280	5
PALAVRAS-CHAVE: Prova - Ilícita - Mandado - Domicílio	
TEMA 626	6
PALAVRAS-CHAVE: Inconstitucionalidade - Vedação - Conversão - Restritivas	
TEMA 647	7
PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Veículo - Perdimento - Interpretação CF	
TEMA 712	8
PALAVRAS-CHAVE: Drogas – Pena – Quantidade e Natureza – Bis in iden	
TEMA 959	9
PALAVRAS-CHAVE: Liberdade - Provisória - Flagrante - Tráfico	
TEMA 972	10
PALAVRAS-CHAVE: Regime - Fechado - Natureza - Hedionda	
TEMA 1178	11
PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalidade - Multa - Tráfico	

TEMA 59

RECURSO	NÚMERO	REPERCUSSÃO GERAL		
Recurso Extraordinário	579167-0/AC	Reconhecida		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Requisito - Temporal - Progressão - Hediondo		
MATÉRIA				
Progressão de regime em crimes hediondos cometidos antes da vigência da Lei nº 11.464/2007. A possibilidade, ou não, de condenado pela prática de crime hediondo consumado anteriormente à edição da Lei nº 11.464/2007 obter direito à progressão do regime de cumprimento da pena, mediante o cumprimento de 1/6 da pena respectiva.				
TESE				
A Lei nº 11.464/07, que majorou o tempo necessário para progressão no cumprimento da pena, não se aplica a situações jurídicas que retratem crime hediondo ou equiparado cometido em momento anterior à respectiva vigência.				
ANDAMENTO				
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO	MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
579167-0/AC	04/04/2008	16/05/2013	18/10/2013	02/12/2013
OBSERVAÇÕES				
-				

TEMA 169

RECURSO		NÚMERO	REPERCUSSÃO GERAL		
Recurso Extraordinário		RE 600817/MS	Reconhecida		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Lei de Drogas - Combinação - Redutor			
MATÉRIA					
Possibilidade, ou não, de aplicação retroativa do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 sobre pena cominada com base na Lei nº 6.368/76, isto é, a possibilidade de o Poder Judiciário fazer o cotejo entre leis no tempo, quando a legislação mais nova é, em determinados dispositivos, ao mesmo tempo, gravosa e benéfica.					
TESE					
I – É inadmissível a aplicação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006 à pena relativa à condenação por crime cometido na vigência da Lei 6.368/1976; II – Não é possível a conjugação de partes mais benéficas das referidas normas, para criar-se uma terceira lei, sob pena de violação aos princípios da legalidade e da separação de Poderes; III – O juiz, contudo, deverá, no caso concreto, avaliar qual das mencionadas leis é mais favorável ao réu e aplicá-la em sua integralidade.					
ANDAMENTO					
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO	MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
RE 596152/SP	05/06/2009	-	-	-	
RE 600817/MS	-	07/11/2013	30/10/2014	14/11/2014	
OBSERVAÇÕES					

TEMA 280

RECURSO	NÚMERO	REPERCUSSÃO GERAL		
Recurso Extraordinário	603616/RO	Reconhecida		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL / DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Prova - Ilícita - Mandado - Domicílio		
MATÉRIA				
Provas obtidas mediante invasão de domicílio por policiais sem mandado de busca e apreensão.				
TESE				
A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.				
ANDAMENTO				
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO	MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
603616/RO	28/05/2010	05/11/2015	10/05/2016	21/06/2016
OBSERVAÇÕES				
-				

TEMA 626

RECURSO		NÚMERO	REPERCUSSÃO GERAL		
Recurso Extraordinário com Agravo		663261/SP	Reconhecida		
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE			
DIREITO PENAL / DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Inconstitucionalidade - Vedação - Conversão - Restritivas			
MATÉRIA					
Constitucionalidade da vedação à conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, prevista nos artigos 33, § 4º, e 44, caput, da Lei 11.343/2006.					
TESE					
É inconstitucional a vedação à conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, prevista nos artigos 33, § 4º, e 44, caput, da Lei 11.343/2006.					
ANDAMENTO					
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO	MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
663261/SP	14/12/2012	14/12/2012	06/02/2013	08/03/2013	
OBSERVAÇÕES					
-					

TEMA 647

RECURSO		NÚMERO		REPERCUSSÃO GERAL	
Recurso Extraordinário		638491/PR		Reconhecida	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Tráfico - Veículo - Perdimento - Interpretação CF		
MATÉRIA					
Possibilidade da decretação de perdimento de bem apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, quando não comprovada sua utilização habitual ou sua adulteração para o cometimento do crime.					
TESE					
É possível o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, sem a necessidade de se perquirir a habitualidade, reiteração do uso do bem para tal finalidade, a sua modificação para dificultar a descoberta do local do acondicionamento da droga ou qualquer outro requisito além daqueles previstos expressamente no art. 243, parágrafo único, da Constituição Federal.					
ANDAMENTO					
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO	MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
638491/PR	03/05/2013	17/05/2017	23/08/2017	16/9/2017	
OBSERVAÇÕES					
-					

Tema 712

RECURSO		NÚMERO	REPERCUSSÃO GERAL	
Recurso Extraordinário		666334/AM	Reconhecida	
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Drogas – Pena – Quantidade e Natureza – Bis in idem		
MATÉRIA				
Possibilidade, em caso de condenação pelo delito de tráfico de drogas, de valoração da quantidade e da natureza da droga apreendida, tanto para a fixação da pena-base quanto para a modulação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006.				
TESE				
As circunstâncias da natureza e da quantidade da droga apreendida devem ser levadas em consideração apenas em uma das fases do cálculo da pena.				
ANDAMENTO				
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO	MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
666334/AM	04/04/2014	04/04/2014	06/05/2014	19/05/2014
OBSERVAÇÕES				
-				

TEMA 959

RECURSO		NÚMERO	REPERCUSSÃO GERAL			
Recurso Extraordinário		1038925/SP	Reconhecida			
RAMO DO DIREITO		PALAVRAS-CHAVE				
DIREITO PROCESSUAL PENAL		PALAVRAS-CHAVE: Liberdade - Provisória - Flagrante - Tráfico				
MATÉRIA						
Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática dos crimes descritos nos arts. 33, caput e § 1º e 34 a 37 da Lei n. 11.343/2006.						
TESE						
É inconstitucional a expressão "e liberdade provisória", constante do caput do artigo 44 da Lei nº 11.343/2006.						
ANDAMENTO						
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO	MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO		
1038925/SP	19/08/2017	19/08/2017	19/09/2017	05/10/2017		
OBSERVAÇÕES						
-						

TEMA 972

RECURSO		NÚMERO		REPERCUSSÃO GERAL	
Recurso Extraordinário		1052700/MG		Reconhecida	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Regime - Fechado - Natureza - Hedionda		
MATÉRIA					
Possibilidade de fixação de regime inicial fechado para cumprimento de pena, com base unicamente na natureza hedionda do delito.					
TESE					
É inconstitucional a fixação ex lege, com base no art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990, do regime inicial fechado, devendo o julgador, quando da condenação, ater-se aos parâmetros previstos no artigo 33 do Código Penal.					
ANDAMENTO					
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO		MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO
1052700/MG	03/11/2017		03/11/2017	01/02/2018	02/03/2018
OBSERVAÇÕES					
-					

TEMA 1178

RECURSO		NÚMERO		REPERCUSSÃO GERAL	
Recurso Extraordinário		1347158/SP		Reconhecida	
RAMO DO DIREITO			PALAVRAS-CHAVE		
DIREITO PROCESSUAL PENAL / DIREITO PENAL			PALAVRAS-CHAVE: Constitucionalidade - Multa - Tráfico		
MATÉRIA					
Constitucionalidade da multa mínima prevista no artigo 33 da Lei 11.343/2006.					
TESE					
A multa mínima prevista no artigo 33 da Lei 11.343/06 é opção legislativa legítima para a quantificação da pena, não cabendo ao Poder Judiciário alterá-la com fundamento nos princípios da proporcionalidade, da isonomia e da individualização da pena.					
ANDAMENTO					
RECURSO	EXAME DE REPERCUSSÃO	MÉRITO JULGADO EM	ACÓRDÃO PUBLICADO EM	TRÂNSITO EM JULGADO	
1347158/SP	22/10/2021	22/10/2021	27/10/2021	12/04/2022	
OBSERVAÇÕES					
-					